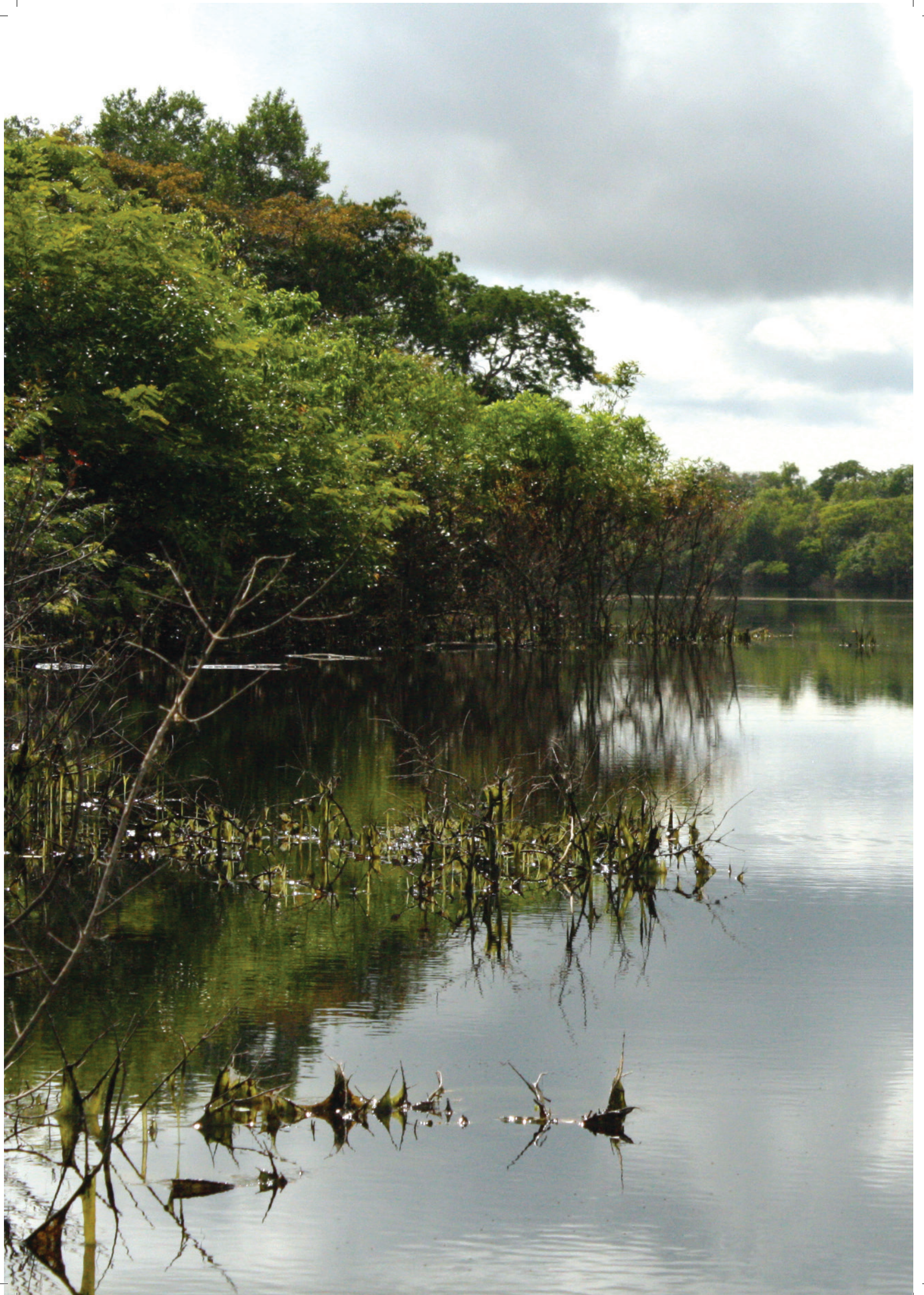

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

RELATÓRIO INSTITUCIONAL - 2012







Terras Indígenas Paumari do rio Tapauá, AM. (Gustavo Silveira/OPAN)



Índice

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 6 |
| AINDA É TEMPO DE APRENDER COM AS SOCIEDADES INDÍGENAS..... | 8 |
| DESAFIOS INSTITUCIONAIS, NOVOS RUMOS..... | 11 |
| MAPA ATUAÇÃO OPAN AM E MT..... | 14 |
| PROGRAMA AMAZONAS | 16 |
| PROGRAMA MATO GROSSO | 24 |
| ENFIM, A TERRA PROMETIDA..... | 34 |
| EXECUÇÃO FINANCEIRA | 36 |
| PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PUBLICAÇÕES | 38 |
| EQUIPE DA OPAN EM 2012..... | 40 |



APRESENTAÇÃO

O ano de 2012 foi marcante não só para a OPAN, mas para o indigenismo brasileiro. Foi quando, em meio a tantas outras lutas, os Xavante de Marãiwatsédé mobilizaram sociedade civil, o governo federal e a Justiça em torno da retomada de seu território, de onde foram retirados há 46 anos. Este movimento culminou com o sucesso da retirada dos ocupantes apesar de um contexto político desfavorável em Mato Grosso, conforme conta a jornalista **Andreia Fanzeres**. Para a OPAN, 2012 foi um ano de muitas lições, tanto em relação ao apoio institucional dedicado à defesa dos direitos indígenas quanto sobre sua capacidade de articulação externa e interna.

Com vistas a um maior envolvimento dos novos quadros da OPAN com as questões macroeconômicas e políticas que influenciam o indigenismo e, diante dos desafios e urgências atuais, uma nova proposta de formação vem sendo construída ao longo dos últimos anos. Essa tendência se encontra em meio a outras mudanças estruturais em curso na instituição, cujos desafios são encarados como parte de um caminho difícil e apaixonante, como conta **Lola Campos**, coordenadora técnica da OPAN.

Além dessas questões, apresentamos neste relatório anual os principais destaques da atuação da OPAN no Sul do Amazonas, no âmbito do “Projeto Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia”, junto aos povos Apurinã, Jamamadi e Paumari do rio Tapauá, como ações visando uma experiência inédita de manejo sustentável de pirarucu no Médio rio Purus, além do apoio à vigilância e extrativismo de produtos florestais não-madeireiros, elencadas pela **equipe do Programa Amazonas**.

Em Mato Grosso, em parceria com os povos Manoki, Myky e Nambiquara da Terra Indígena

Pirineus de Souza, a OPAN finalizou os trabalhos de construção de três planos de gestão territorial indígena, tendo iniciado também uma etapa de etnomapeamento na Terra Indígena Tiracatinga. Em 2012, as ações de fortalecimento das roças tradicionais e do manejo indígena foram fortalecidas na bacia do rio Juruena graças ao Projeto Berço das Águas. No nordeste do estado, além do apoio à desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé, a instituição realizou trabalhos de fomento à agroecologia e à soberania alimentar do povo Xavante, incentivando a formação de um grupo de mulheres coletoras de sementes como oportunidade de geração de renda e de reocupação territorial, como explica a **equipe do Programa Mato Grosso**.

O que nossas equipes indigenistas fomentam no chão das aldeias precisa ganhar mais fôlego nos debates nacionais. Os pleitos indígenas abrem para a sociedade mais uma oportunidade para discutir seu sistema produtivo, como avalia em artigo **Ivar Busatto**, coordenador geral da OPAN. Ele lembra que pelo menos 150 diferentes bancos genéticos da mais genuína agricultura desenvolvida pelos povos indígenas são um patrimônio de valor incalculável para toda a humanidade, mantêm-se por razões que não a produtividade, o lucro, o interesse do mercado comercial. Entretanto, o modelo estabelecido a partir das frentes de colonização no século XX não tem conseguido dialogar com esta lógica.

Por fim, a coordenadora financeira da OPAN, **Rochele Fiorini**, apresenta um breve relatório sobre a gestão dos projetos da instituição em 2012, ressaltando a importância estratégica de cada um dos nossos parceiros no alcance dos objetivos do trabalho indigenista.

Boa leitura!

Equipe da Operação Amazônia Nativa



Homem confecciona xire de taquara na Terra Indígena Pirineus de Souza, MT. (Andreia Fanzeres/OPAN)

AINDA É TEMPO DE APRENDER COM AS SOCIEDADES INDÍGENAS

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto*
Coordenador geral da OPAN

É com muita preocupação que acompanhamos o comportamento de deputados e senadores ligados à bancada ruralista que, vencida a queda de braço com a sociedade civil culminando com o enfraquecimento do Código Florestal Brasileiro, admitiram sem constrangimento que o entrave ao desenvolvimento do país são os indígenas e seus territórios. Ao arrepio dos mais contundentes estudos que reconhecem a importância das terras indígenas e outras áreas protegidas para a conservação da biodiversidade, para a garantia do regime equilibrado de chuvas e para a própria sustentabilidade da agricultura no Brasil e no mundo, políticos com interesses no mercado do agonegocio iniciaram um ataque silencioso aos direitos dos povos indígenas, tão recentemente conquistados na história do nosso país.

Tenta-se, por exemplo, desqualificar o trabalho da Fundação Nacional do Índio (Funai) de identificar e demarcar terras indígenas com a abertura de uma CPI da Funai. Esquecem que o órgão está hoje a serviço de um Estado democrático que reconhece uma imensa diversidade de culturas, idiomas, sociedades complexas com cosmologias próprias e habilidade para manejar centenas de espécies vegetais e animais que compõem a nossa sociobiodiversidade. Avolumam-se Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) na Câmara e no Senado (como a PEC 215, que depende da instalação de uma comissão especial prevista para o segundo semestre de 2013) visando retirar do poder Executivo a atribuição de estudar, reconhecer ou

ampliar terras indígenas. São vários instrumentos legislativos em tramitação, sugerindo que os próprios deputados – que, em alguns casos estão direta e pessoalmente envolvidos nos processos de exclusão social, concentração fundiária e até denúncias de trabalho escravo e desmatamento ilegal – tenham a competência de julgar a pertinência ou não de temas como a diversidade sociocultural, ambiental e territorial de nosso país. É uma certeza que, se isso um dia acontecer, nenhuma outra terra indígena ou unidade de conservação será criada no Brasil.

A sociedade ainda não se dá conta da oportunidade para discutir e escolher que modelo queremos e estamos construindo. A integração territorial do Brasil e da América do Sul por estradas, ferrovias e hidrovias não atende aos anseios da população por um sistema de transportes eficiente, confiável e moderno, mas, primeiro, aos interesses de mercado, que precisa escoar uma produção crescente de grãos, num ritmo que não integra, pelo contrário, exclui muitos segmentos sociais. O pacote de recursos, políticas e grandes empreendimentos de infraestrutura não têm tido a menor capacidade de dialogar e respeitar outros tempos, outros modos de vida, outras formas de produção e manejo, o que nos insta a questionar: qual é o custo real dessa produção e a quantos beneficia?

Está cada vez mais claro hoje que os estados nacionais perderam o poder moderador das lutas sociais. É uma ilusão acreditar que as administrações dos governos serão imparciais, especialmente porque elas são compostas por forças que dominam o capital. Na maioria ab-



Mulheres ralam mandioca para ritual da menina moça na TI Pirineus de Souza. (Andreia Fanzeres/OPAN)

soluta das vezes, os eleitos são representantes dos interesses das minorias mais abastadas. Os povos indígenas, como não têm representações na Câmara nem no Senado Federal brasileiro, estão aliados de poder defender suas perspectivas, suas propostas.

Esta reflexão exige sensibilidade. A Operação Amazônia Nativa (OPAN), primeira organização indigenista não oficial fundada no Brasil, tem em sua história exemplos muito concretos de como foi possível enxergar essas relações interculturais de outra maneira. Muitos dos indigenistas que chegaram nos anos 70 a Mato Grosso, traziam como referência a agricultura de minifúndios no Sul do país. Ao contrastarmos esse modelo às práticas tradicionais indígenas, nos demos conta de que era preciso observar, aprender e incorporar outros padrões de produção e organização. Percebemos que a lógica indígena era a da integralidade. Eles não precisavam apenas de agricultura, mas de uma produção conjugada com seu espaço da coleta, da caça, os locais sagrados. Tinham uma vida de mais liberdade. Notamos que essa perspectiva holística era importante para eles, que garantiam um espaço para o crescimento de sua sociedade conforme seus desejos e interesses.

Ao constatarmos que ainda existem no Brasil pelo menos 150 diferentes bancos genéticos da mais genuína agricultura, mantida in situ e desenvolvida pelos povos indígenas, observamos que aí estão presentes a criatividade e a genialidade destes agricultores que ao longo de séculos foram plantando e produzindo alimentos riquíssimos para a satisfação de suas necessidades e seus gostos culturais distintos.

Este é um patrimônio de valor incalculável não só para os próprios indígenas, mas para toda a humanidade, pois é mantido por razões que não são a produtividade, o lucro, o interesse do mercado comercial: visam atender os humanos e os deuses. O que acontece na agricultura indígena, ainda pouco considerada e estudada pela sociedade nacional, é um fenômeno social, político, religioso com produções que respondem plenamente às necessidades alimentares das comunidades se praticadas seguindo sábios conselhos de todos aqueles que tiveram a oportunidade de saborear os seus frutos.

Lamentavelmente, o modelo estabelecido a partir das frentes de colonização do Centro-Oeste brasileiro no século XX não tem conseguido dialogar com esta lógica. Este é um sistema que não tem limite, baseado em produções particulares que não se prestam à distribuição, mas à venda, à exportação. O SPI¹ e as missões religiosas contribuíram sobremaneira com este processo. A existência de outras sociedades no caminho dos investimentos de colonização era um entrave (como agora a questão volta a ser chamada!), então naquela época a política pretendia atrair e ensinar índios a trabalhar, a ter um patrão, enquanto seus territórios (hoje e novamente reivindicados) eram expoliados.

Tudo isso em nome de uma produção mundial de basicamente quatro tipos de grãos: soja, milho, trigo e arroz, que alimentam bois,

1 - Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão do Estado fundado por Candido Mariano Rondon com ideologia positivista que funcionou no Brasil de 1910 até 1967, quando foi criada a Funai.



Crianças Manoki brincam no córrego São Domingos, na TI Irantxe. (Laércio Miranda/OPAN)

frangos, porcos e peixes. Ao reduzir esta questão à tamanha limitação de variedades, nos damos conta do empobrecimento alimentar a que estamos submetidos.

A liberdade dos cultivos, da diversificação nutricional e espacial não faz parte deste modelo que transformou em monocultura o rico Cerrado brasileiro. Também não faz parte da vida de muitos agricultores familiares, dos médios e mesmo dos grandes empreendedores rurais, que vivem endividados junto às multinacionais produtoras de sementes e esmagadoras de grãos. Há, portanto, de nos questionarmos: a quem interessa a perda de biodiversidade, as manobras políticas para amordaçar os direitos indígenas conquistados? Quem, de fato, está entregando o patrimônio natural e sociocultural brasileiro?

Enquanto milhares de hectares de terra convertida encontram-se nas mãos de poucas famílias de empresários, sendo seus únicos beneficiados, os territórios indígenas são para a coletividade, geram serviços ambientais a todos nós, de graça. Ao reivindicar alguns ajustes e esforços de identificação de seus territórios tradicionais, os indígenas lutam por paisagens

e recursos dos quais dependem para transmitir às futuras gerações sua forma de se relacionar com os espíritos, com a natureza, com a roça, com todos os elementos caros à sua existência. De quebra, protegem o patrimônio natural por onde circulam. O resto está derrubado.

Em suma, este cenário obscuro de questionamento de direitos fundamentais dos povos indígenas no Congresso Nacional lança à sociedade brasileira mais uma oportunidade para discutir valores e direitos. Está em jogo nossa capacidade de adotar outro jeito de pensar, de se relacionar, de manejar e utilizar recursos naturais em termos concretos.

Os povos indígenas, possuindo o usufruto exclusivo sobre um território de 110 milhões de hectares, especialmente na Amazônia, devem tomar consciência de sua força, adequar suas milenares filosofias de vida mostrando ao mundo que elas não têm nada de atrasado. Pelo contrário: respondem, da forma mais ousada e moderna, ao clamor mundial por novos e necessários relacionamentos com a natureza.

*Com a colaboração de Andreia Fanzeres.

DESAFIOS INSTITUCIONAIS, NOVOS RUMOS

Lola Campos Rebollar
Coordenadora técnica da OPAN

O período de 2009 a 2012 trouxe profundos desafios e mudanças para a OPAN, que vem aprimorando seus modos organizacionais e programas frente às novas demandas e possibilidades no cenário indígena e indigenista.

O panorama que se configurou para muitas ONGs, (dentro do qual se insere a OPAN), a partir da década de 1990 traz consigo (e até hoje se dilata) uma progressiva diminuição de recursos e apoios da cooperação internacional, o que dificulta a sustentabilidade financeira das mesmas. Também destacamos uma crescente “profissionalização” e burocratização das intervenções, ajustando-as a matrizes lógicas cada vez mais complexas, junto à aparição do chamado Terceiro Setor¹, condizente com a proposta política de Estado mínimo da hegemonia neoliberal, que busca transferir a sua responsabilidade social para a sociedade civil, com mecanismos que têm promovido a terceirização das organizações. Assim, se arma uma cilada através de uma “lógica de projetos”², que vai tomando conta do dia a dia das instituições promovendo fragmentações e a subsequente despolitização.

Em 2012, no âmbito de vários ministérios, começa a deslanchar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), aumentando, ao mesmo tempo, as interferências de um modelo de

1 - O termo “terceiro setor” surge no início dos anos de 1990, fazendo uma diferenciação entre as entidades da sociedade civil (sem fins lucrativos), o “primeiro setor” (público, o Estado) e o “segundo setor” (privado, o mercado) provocando, segundo muitos críticos, um reducionismo “fragmentador” do que seja sociedade civil. Para saber mais consultar Carlos Montaña, M^a da Gloria Gohn, ou Associação Brasileira de ONGs (ABONG).

2 - Uso a expressão “lógica de projetos” para destacar dois aspectos: um olhar engavetado, fragmentado, míope, (em contraposição a uma lógica política maior que se ampara em um olhar mais estratégico); e a ciranda mecânica e acelerada na qual mergulham alguns, na hora de elaborar projetos com intuito de garantir sustentabilidade financeira, porém colocando em risco a sustentabilidade política.

desenvolvimento ancorado na “aceleração do crescimento” carregando no seu bojo inúmeros empreendimentos de alto impacto para as populações indígenas e tradicionais, como hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, linhas de transmissão, mineração, etc. Neste cenário, aprovou-se ainda um polêmico código florestal e a busca de alternativas/incentivos econômicos para frear o desmatamento (REDD, REDD+, etc..)

Nesse sentido, na OPAN tivemos ganhos visíveis em relação a alguns *desafios institucionais* que se tornaram prioritários nesse período, como: o combate à fragmentação e o fortalecimento da “unidade” orgânica institucional (“unidade” não no sentido da homogeneização nem ausência de embates, mas como capacidade da convergência política e pedagógica estratégica); a consolidação de processos organizacionais que fortalecessem a transparência e o senso crítico desde uma perspectiva cooperativa (tanto interna como externamente) visando maior impacto positivo nas nossas ações indigenistas; a busca de apoios/recursos que nos permitissem dar continuidade às ações pactuadas com os povos; o aprimoramento de processos de planejamento, monitoramento e avaliação institucionais; o fortalecimento de uma equipe administrativa capaz de encampar editais complexos de nosso interesse; a organização de um setor de comunicação como área estratégica e ferramenta indispensável para a mobilização social; a reestruturação de uma proposta de seleção e formação indigenista que garanta a sustentabilidade político-pedagógica da práxis indigenista na OPAN.

Temos pela frente a consolidação de uma organicidade institucional eficiente, flexível, crítica e cooperativa; o aperfeiçoamento de processos políticos-pedagógicos que continuem fazendo a diferença na interlocução com a diversidade indígena do Brasil, assim como o aprimoramento de estratégias de intervenção criativas que tracem novos caminhos para o momento atual que vivemos hoje.

Em relação aos *desafios programáticos* que estavam postos, e partindo de nosso horizonte maior, que é “Contribuir para ampliar a auto-



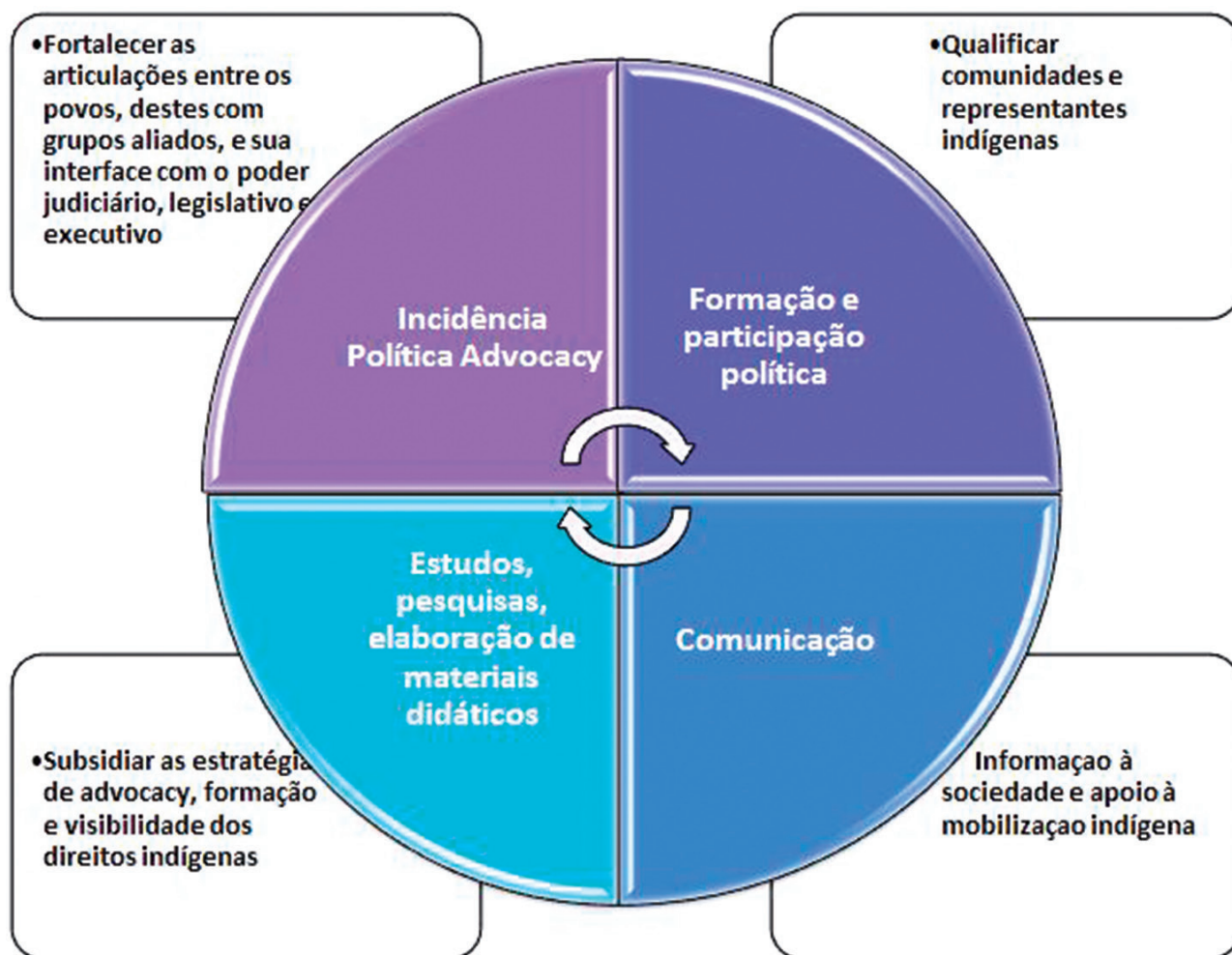
nomia social, política e cultural dos povos indígenas no Brasil”, desenhamos o trabalho sobre dois eixos estratégicos: a gestão territorial em terras indígenas e a organização indígena. Vimos, com essas linhas de atuação, qualificar iniciativas e implantar alternativas de gestão territorial fortalecendo processos organizativos internos e capacidade de articulação e interlocução externa junto a povos indígenas em Mato Grosso e no Amazonas. Desenvolvemos muitos trabalhos, entre as quais destacamos:

- No Amazonas elaboramos os planos de gestão territorial junto aos povos Katukina do rio Biá, Deni do rio Xerua e Paumari do rio Tapauá promovendo a elaboração de acordos com representantes governamentais. Com os Puamari, nos debruçamos sobre o manejo pesqueiro (do pirarucu), promovendo condições na região de Lábrea para que possa ser efetivada uma primeira experiência de comercialização de pirarucu em terra indígena desde um viés totalmente legal e sustentável. Também trabalhamos o manejo de produtos florestais não madeireiros e a vigilância territorial com os povos Apurinã e Jamamadi. Essas ações foram realizadas em consórcio com organizações como Visão Mundial e Instituto Centro de Vida (ICV), além de Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Conservação Estratégica (CSF), Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), Instituto Piagaçu (IPI), Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e Associação Metareilá, do povo Suruí.

- Em Mato Grosso, foram desenvolvidos três planos de gestão territorial com os povos Manoki, Myky e subgrupos Nambiquara da Terra Indígena Pirineus de Souza, na bacia do rio Juruena. Trabalhamos simultaneamente a soberania alimentar com o povo Xavante de Marãiwatsédé, que se encontra em situação de extrema fragilidade (com alto índice de desnutrição³). Assumimos um forte compromisso com a defesa da terra deste povo, articulando ações de incidência política e mobilização em diversos fóruns e especialmente na Rio+20, com auxílio da Escola de Ativismo. Para realizar todas essas ações, contamos com o apoio de entidades como Embaixada da Noruega, Misereor, Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, e Manos Unidas, na Espanha.

Também em 2012, a partir das numerosas reflexões surgidas com a elaboração do novo Planejamento Estratégico Institucional (2013-2015), e com ajuda de um consultor da Embaixada da Noruega, que tem sido de grande ajuda nesse tempo de reestruturações, alavancamos um *terceiro eixo programático* transversal, que deverá ser consolidado no próximo triênio, chamado: “Direitos, Política Indigenista e Informação à sociedade”, que visa defender os direitos indígenas aumentando a participação, articulação política e mobilização dos povos indígenas e a sensibilização da opinião pública

3 - Os dados fornecidos pela equipe local de saúde/Pólo Base de Marãiwatsédé indicavam que, em 2012, 80% das crianças Xavante sofriam com desnutrição.



face ao novo cenário de acirramento contra direitos historicamente conquistados.

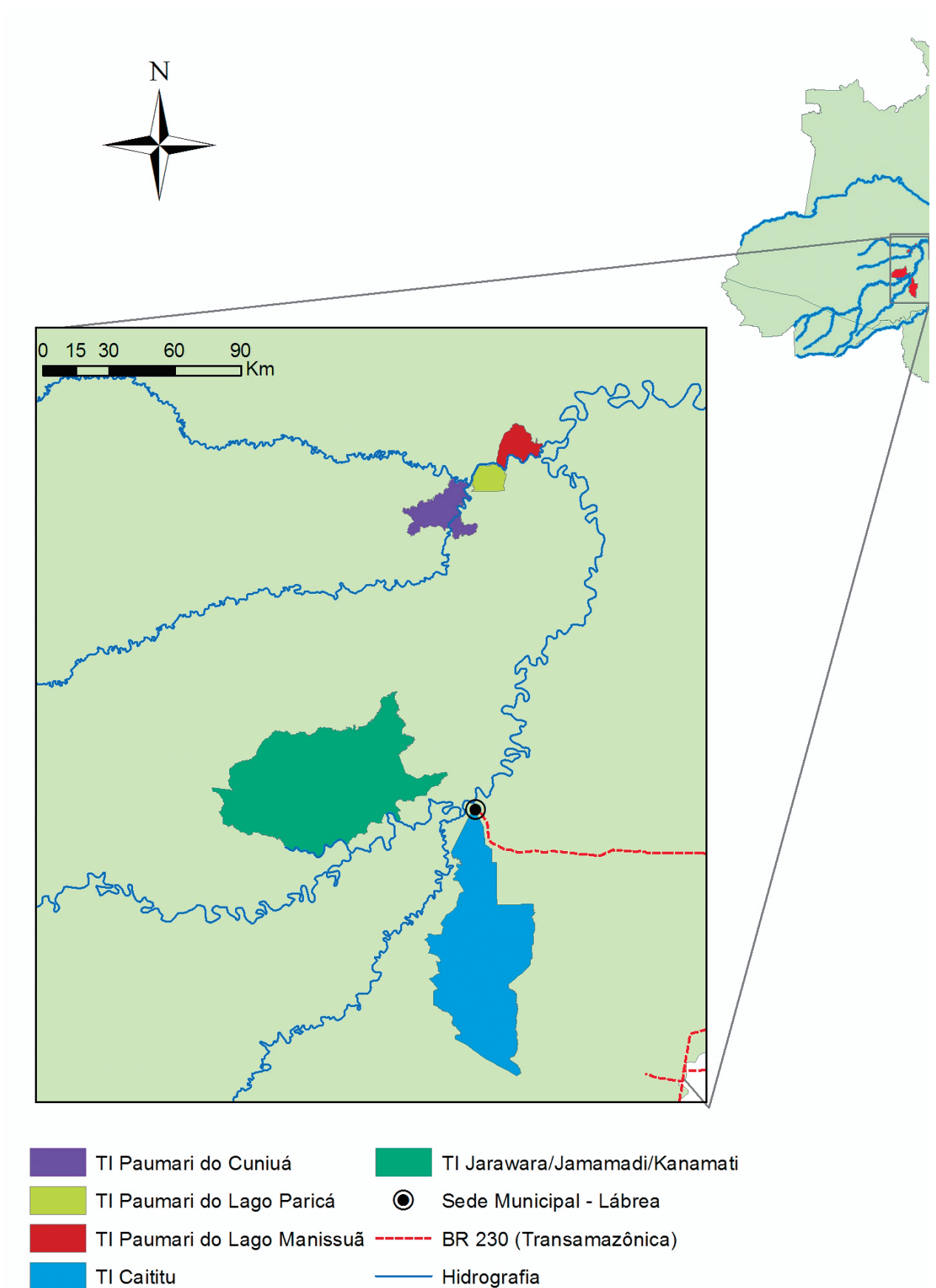
A OPAN tem história, memória, relações de forte aliança com diversas comunidades indígenas construídas desde a década de 1970, sempre com o propósito de colaborar com o direito à existência digna e autônoma desses povos. Vivemos contradições, avanços e algum ou outro retrocesso, porém, os desafios são encarados como parte de um caminho que, sabemos, é difícil e apaixonante.

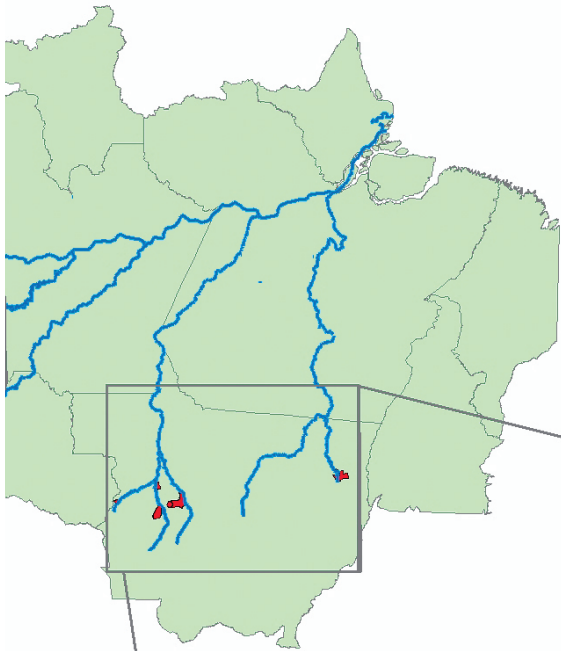
A busca da autonomia indígena (e indigenista) nos obriga a analisar as relações de poder que se estabelecem hoje entre povos indígenas, Estado, ONGs, empresas e mercado, principalmente desde o viés econômico e “ambiental”, pois parecem reacender-se novas formas de colonialismo, (por exemplo, o chamado

eco-colonialismo) que além de se apoiar, como faziam os colonizadores do século XV, “na superioridade técnica e cultural” para exploração dos territórios indígenas, usam o argumento da “consciência ecológica e proteção ambiental” para limitar as soberanias nacionais e/ou excluir os povos indígenas da “direção e governo” de seus territórios, em prol de empresas transnacionais e interesses de mercado.

Sendo assim, a OPAN não se ilude em relação ao imenso desafio que enfrenta como aliado histórico dos povos indígenas no Brasil, e como defensor de um mundo que faz da *igualdade na diversidade* (cultural, produtiva, econômica, espiritual, ambiental, etc.) sua pedra angular. E é por isso que buscamos um permanente aprimoramento, não isento, naturalmente, de contradições.

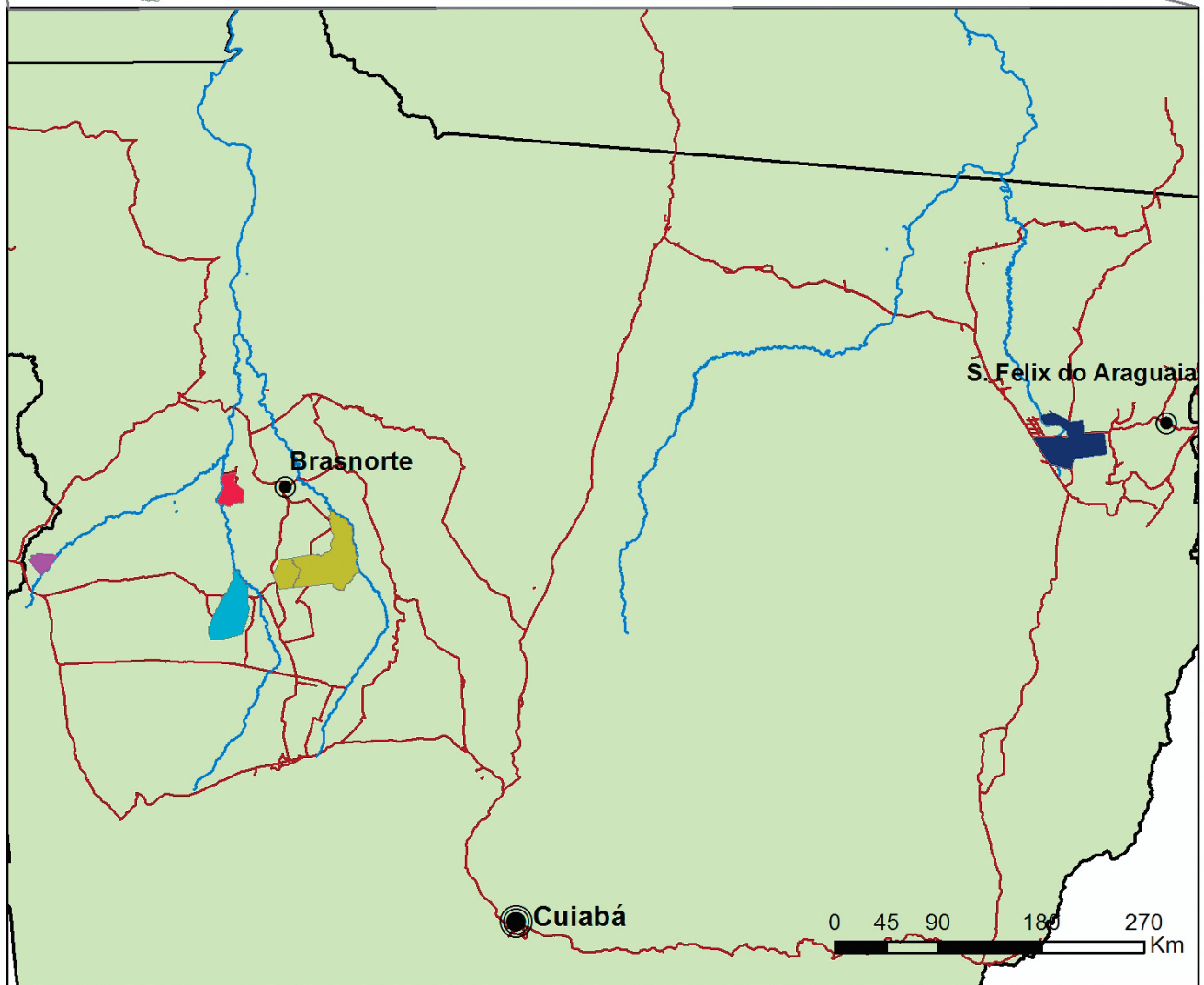
MAPA DE ATUAÇÃO AM E MT





Legenda

- | | |
|---|--|
|  TI Manoki |  TI Pirineus de Souza |
|  TI Maraiwatsede |  TI Tirecatinga |
|  TI Menkü |  Rodovias |



PROGRAMA AMAZONAS



Rio Tapauá, AM. (Arquivo OPAN)

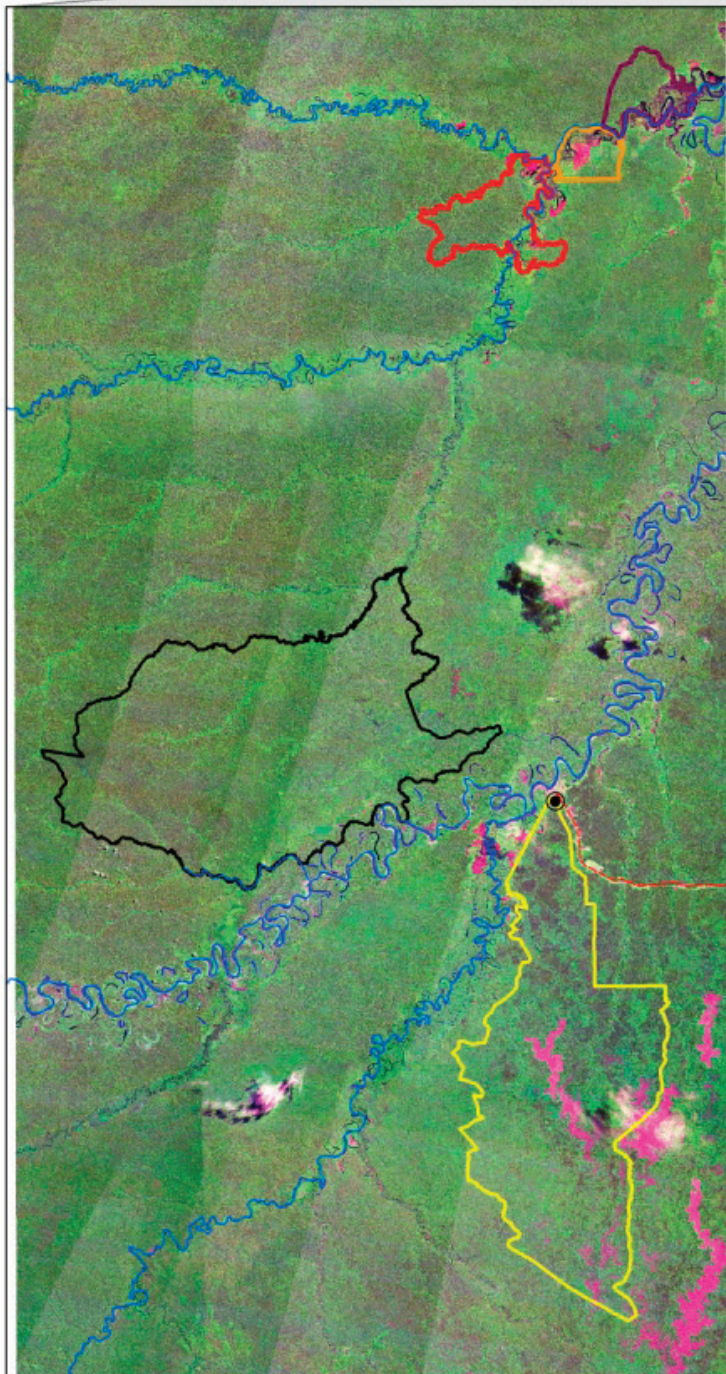
O sul do Amazonas e o norte de Rondônia tornaram-se, nos últimos anos, a “nova fronteira” do desmatamento e hoje enfrentam problemas sociais e ambientais cada vez mais graves. O avanço dessa fronteira provoca a apropriação de terras públicas por especuladores privados, o corte ilegal de madeira (com os consequentes incêndios florestais e desmatamento), a expulsão de povos e comunidades tradicionais, além da exploração de recursos naturais em terras indígenas. Após três anos na região desenvolvendo o Projeto Aldeias – Conservação da Amazônia Indígena (2009-2011), em outubro daquele ano a OPAN iniciava o Projeto **“Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia”**, possibilitando a continuidade das ações de gestão territorial em terras indígenas na região do Médio rio Purus, no sul do Amazonas.

Este projeto, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID, é executado por um consórcio formado por seis organizações parceiras (Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, Conservação Estratégica – CSF Brasil, *Equipe de*

Conservação da Amazônia – ECAM, Metareilá, associação do povo Suruí, Kanindé e OPAN) e tem como objetivo contribuir para a conservação da biodiversidade e a gestão de terras públicas no sudoeste da Amazônia brasileira. Seus objetivos específicos são: aprofundar a participação da sociedade civil, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no planejamento e manejo; expandir melhores práticas de manejo ambiental; e ampliar oportunidades para o uso sustentável de recursos naturais nessas terras.

Nesse sentido, a OPAN vem apoiando ações de gestão territorial em terras indígenas, na região de Lábrea junto aos povos Apurinã da Terra Indígena Caititu, Jamamadi da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati e Paumari das Terras Indígenas Paumari do Lago Manissuã, Paumari do Lago Paricá e Paumari do Cuniuá.

No ano de 2012, diversas atividades e encontros foram realizados, possibilitando que esses povos refletissem, se capacitassem e colocassem em prática conhecimentos voltados à gestão de suas terras.



Legenda

- Sede de Município - Lábrea
- TI Caititu
- TI Jarawara/ Jamamadi/ Kanamati
- TI Paumari do Cuniua
- TI Paumari do Lago Manissua
- TI Paumari do Lago Paricá
- Hidrografia
- BR 230 (Transamazônica)

0 5 10 20 30
Km

Datum horizontal SAD 69
Fonte de dados: Opan, Funai, ANA, MMA,
Imagem Landsat

Projeto cartográfico: Marcelino Soyinka

Apurinã

As ações junto ao povo indígena Apurinã da TI Caititu estão focadas na construção do diagnóstico territorial e no apoio à produção da castanha-do-Brasil. Esse diagnóstico é composto por mapas cognitivos, calendários ecológicos, etnomapeamento e questionário qualitativo. Oficinas de etnomapeamento e discussões sobre gestão territorial também foram realizadas nas aldeias apurinã. A proposta é que esse levantamento subsidie a fu-

tura elaboração do Plano de Gestão Territorial da TI Caititu.

Além dessas atividades, a OPAN apoiou o manejo da castanha, realizando oficinas de boas práticas de coleta, armazenamento, construção de paióis e secadores solares nas aldeias Japiim e Capurana. Essa atividade extrativista é de grande importância para os indígenas, que se dedicam a ela durante três meses ao ano.



Indígenas recebem certificado após curso de boas práticas no manejo da castanha. (Arquivo OPAN)

Monitoramento da castanha

A CSF Brasil, com o suporte da OPAN, iniciou em 2012 um monitoramento do extrativismo da castanha por meio de uma avaliação da eficiência da produção e um monitoramento econômico da renda. Os dados preliminares desse monitoramento apontaram que boa parte dos gastos de produção são investidos para escoar a produção no trajeto castanhais-cidade. A renda obtida é considerada baixa dada a dificuldade do trabalho. Esses dados foram fundamentais para uma negociação entre indígenas da

aldeia Japiim e a Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (COOPMAS), quando foi acordado que o transporte aldeia-cidade será custeado pela cooperativa. A continuidade desse estudo possibilitará analisar se tal negociação aumentará a renda dos produtores. O objetivo desse diagnóstico é a busca da melhoria da produtividade, da organização da comunidade através de acordos de colaboração mútuos e agregação de valor



Indígenas Apurinã do rio Passiá em oficina de boas práticas de castanha. (Arquivo OPAN)

Paumari



Paumari devolve tracajá apreendido após ação de vigilância. (Arquivo OPAN)

Em 2011, os Paumari do rio Tapauá concluíram seu Plano de Gestão Territorial. Em 2012, a OPAN apoiou a implementação de parte das ações ali descritas no que se refere ao manejo pesqueiro. Este trabalho tem sido feito em parceria com técnicos do Instituto Piagaçu, que monitoram o estado de conservação da biodiversidade e dão suporte à vigilância indígena – dois aspectos importantes para o êxito do manejo pesqueiro. Entender como está o entorno dos lagos é fundamental para garantir os bons resultados, uma vez que se trata de um mesmo ecossistema. Para isso, este trabalho vem adotando duas técnicas: as contagens de pirarucu nos lagos de reserva e a instalação de armadilhas fotográficas para o monitoramento da fauna próxima aos lagos.

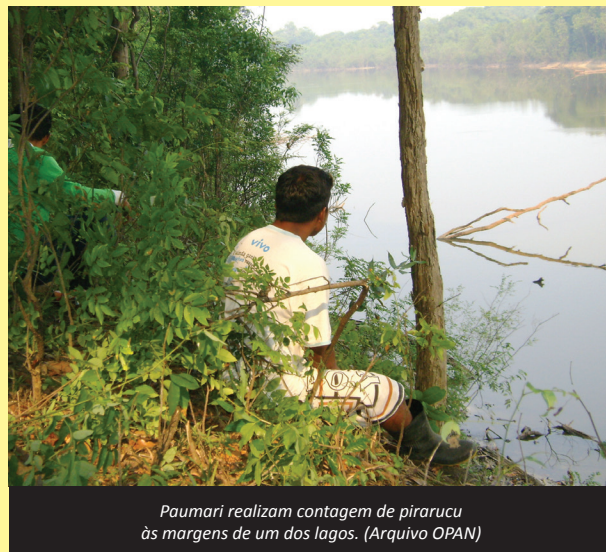
Os resultados preliminares obtidos até agora a partir do monitoramento da fauna de médio e grande porte das áreas alagadas do rio Tapauá superaram as expectativas. Embora ainda dispondo de dados preliminares, vem se consolidando uma ideia de que a área encontra-se saudável do ponto de vista da fauna terrestre. A fauna parece ser abundante nas TIs Paumari, dada à quantidade elevada de registros em pouco tempo de amostragem.



Indígena navega nas TIs Paumari. (Arquivo OPAN)

Qualidade e baixo impacto no manejo do pirarucu

Com o apoio do Projeto Aldeias, os paumari iniciaram em 2009 o trabalho para a implementação do manejo do pirarucu objetivando a comercialização legal dessa espécie, algo até então inédito no sul do Amazonas. As principais atividades desenvolvidas ao longo desses anos foram: etnomapeamento dos locais de uso, definição com as comunidades dos lagos de reserva, contagens anuais de pirarucu nos lagos reservados, vigilância indígena e organização comunitária.



Paumari realizam contagem de pirarucu às margens de um dos lagos. (Arquivo OPAN)

Em 2012 foi realizada a quarta contagem de pirarucu (técnica para monitorar o estoque), e os resultados foram animadores. Quando o trabalho começou, em 2009, havia 286 peixes e a última contagem apontou 585 pirarucus nos lagos monitorados.

O monitoramento do estado de conservação de todo o ecossistema e o monitoramento qualificado dos estoques, realizados pelos próprios indígenas há cinco anos, mostram que já existem condições seguras para que seja realizada em 2013 a primeira pesca manejada de pirarucu nas terras indígenas Paumari. Para isso, um Plano de Manejo está sendo elaborado em conjunto pela OPAN, CSF, IPI e FUNAI, que será encaminhado ao IBAMA, órgão responsável pela autorização desta atividade. A experiência será inédita no médio rio Purus e a expectativa é de que a partir desta iniciativa outros povos e comunidades da região possam se qualificar para replicá-la.

Jamamadi



Jamamadi percorrem seu território após atividade de etnozoneamento. (Arquivo OPAN)

As atividades desenvolvidas junto ao povo Jamamadi ao longo do ano de 2012 foram direcionadas ao mapeamento de suas áreas de uso e capacitações em boas práticas de extrativismo de produtos florestais não madeireiros. Oficinas de etnomapeamento e levantamento de informações foram realizadas em cinco aldeias Jamamadi com perspectivas de apoiar a elaboração de um plano de gestão territorial.

A partir de mapas cognitivos construídos pelos indígenas, a equipe da OPAN utilizou programas de SIG (Sistema de Informações Geográficas) para identificar os locais de uso em imagens de satélite. Para a produção dos etnomapas, promovemos oficinas de elaboração das legendas – desenhos que representarão os usos do território no mapa. A elaboração do etnomapeamento desta terra indígena é uma ferramenta fundamental para a discussão da gestão territorial.

O fortalecimento das organizações indígenas é um dos eixos estratégicos de atuação da OPAN. Dentro do projeto que está em execução na região de Lábrea, a OPAN vem apoiando a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) para a realização encontros regionais de lideranças e a assembleia eletiva da organização. Os dirigentes da organização acompanham algumas atividades da equipe da OPAN junto aos povos Jamamadi e Apurinã. Esses são ricos momentos de troca de experiências entre instituições, possibilitando a articulação política entre indígenas e organização. A FOCIMP, por ser uma associação regional, enfrenta o grande desafio de poder estar presente em tantas aldeias ao longo de mais de dois mil quilômetros de rio Purus, de acordo com o presidente da FOCIMP, Zé Bajaga. Fortalecer a relação institucional entre OPAN e FOCIMP é um dos objetivos para 2013.

Boas práticas na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati

A Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati faz fronteira com a TI Hi-Merimã, povo isolado que a Frente de Proteção Etnoambiental do Purus é responsável por sua proteção. Os Jamamadi vinham frequentando esse território, dos índios isolados, para a extração de copaíba e possíveis contatos entre eles poderiam ocorrer. Como forma de proteção aos isolados, a FUNAI restringe a entrada nessas áreas. A OPAN iniciou um trabalho com os Jamamadi com capacitações em boas práticas de manejo para que recuperassem as copaibieras de sua área, diminuindo, assim, a pressão sobre os Hi-Merimã.



Indígenas Jamamadi realizam extração de óleo de copaíba adotando as boas práticas na TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati. (Arquivo OPAN)

Além de capacitação em boas práticas de manejo da copaibeira, foram realizadas oficinas para extração do óleo de andiroba, recurso florestal não madeireiro presente em seu território e não explorado pelos indígenas.

A partir dessas ações, uma nova alternativa de mercado para a comercialização se abriu para os Jamamadi. Uma cooperativa local de Lábrea (COOPMAS) se interessou pelos produtos e iniciou uma parceria com os indígenas, oferecendo melhores preços pelos produtos. A criação dessa rede pode possibilitar que os indígenas acessem novos mercados e estabeleçam mais relações comerciais e sociais. A cooperativa pagou 50% a mais em relação ao preço de mercado local no óleo de copaíba. Além disso, o produto foi enviado para análise e aprovado. Isso demonstra que as boas práticas já estão dando resultados positivos.





Jovens Xavante realizam corrida de tora de buriti após retomada de território tradicional. (Foto: Sayonara Silva/OPAN)

PROGRAMA MATO GROSSO



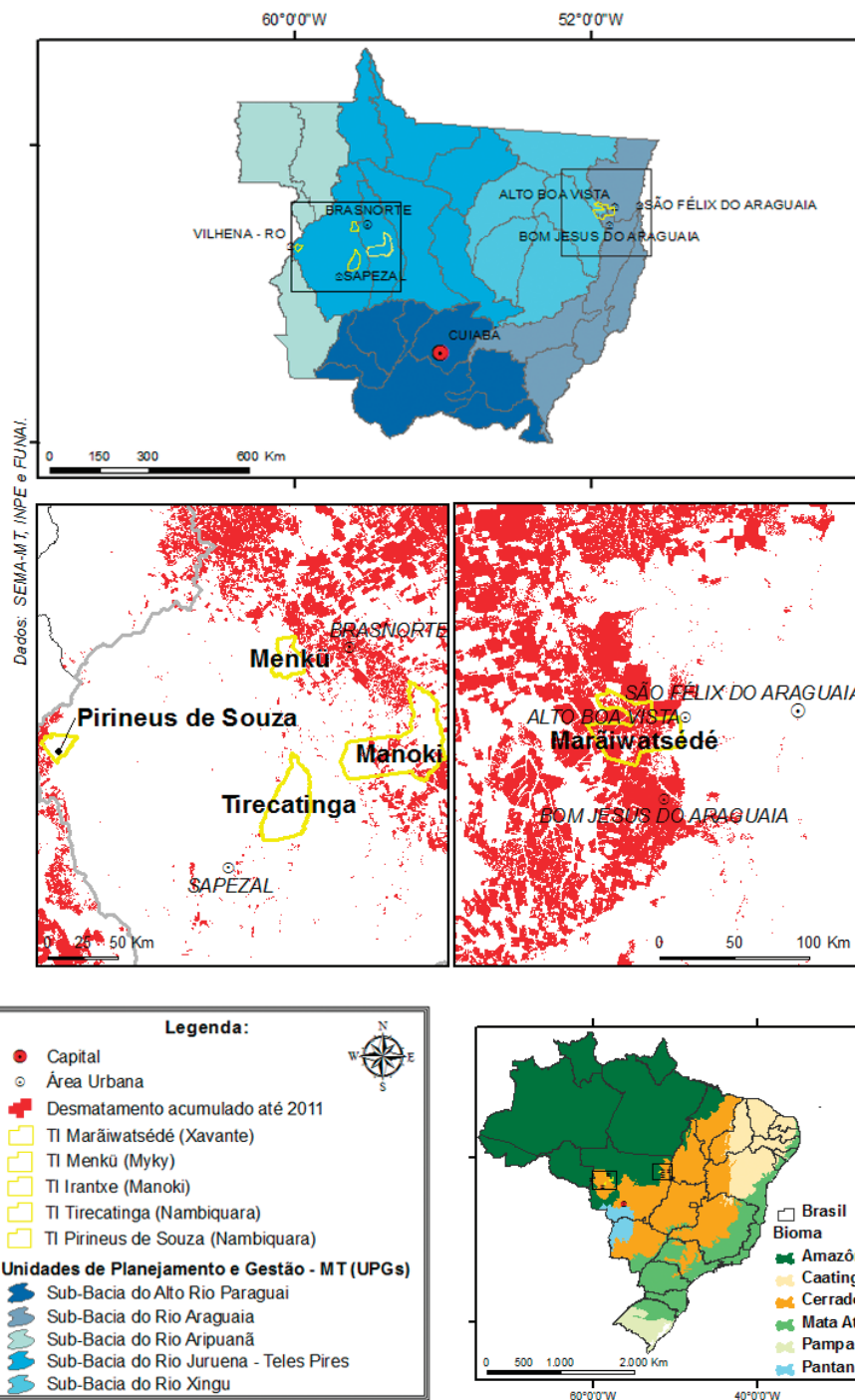
Ciranças Myky brincam no entorno da aldeia. (Laércio Miranda/OPAN)

Em 2010 a OPAN reformulou seu modelo de atuação em Mato Grosso e inaugurou o Programa MT - Apoio e Fortalecimento da Organização Indígena, abrangendo cinco terras indígenas nas bacias dos rios Juruena e Araguaia. Até 2011, o Programa MT abrangia as Terras Indígenas (TI) Manoki, Myky e Xavante de Marãiwatsédé, mas em 2012 os trabalhos foram expandidos também para as Terras Indígenas Tirecatunga e Pirineus de Souza.

A Terra Indígena Tirecatunga está localizada na Chapada dos Parecis – entre os rios Papagaio e Buriti –, no município de Sapezal, e possui uma extensão de 130.575 hectares. As cinco

aldeias que compõem o território são: Três Jacú, Novo Horizonte, Vale do Buriti, Guarantã e Caititu, onde residem indígenas de diversas etnias, entre elas os Nambiquara (sub-grupos Wakalitesu, Halotesu), Paresi, Manoki e Terena.

A Terra Indígena Pirineus de Souza fica no extremo oeste do estado, em Comodoro, numa área de transição entre o Cerrado e a floresta amazônica. Com uma extensão de 28.166,41 hectares e população de 309 pessoas, esta TI possui sete aldeias onde vivem representantes de seis sub-grupos Nambiquara: Sabanê, Tawandê, Nechuandê, Idamalacê, Ialalolorê e Manduca.



Tendo como objetivo o fortalecimento dos diferentes modelos de organização destes povos como forma de ampliar sua autonomia social, política e cultural, o Programa MT apoia o desenvolvimento de ações que visam à qualificação das práticas de gestão dos territórios e recursos naturais, simbólicos e econômicos dos povos Manoki, Myky, Nambiquara das Terras Indígenas Tircatinga e Pirineus de Souza e Xavante de Marãiwatsédé. O programa também investe em ações que buscam fazer frente às pressões que afetam a reprodução física e cultural desses povos, favorecendo sua articulação e protagonismo no cenário regional e nacional.

Para isso, a OPAN conta com o apoio financeiro da Embaixada da Noruega, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Misereor e de Manos Unidas. Insere-se ainda dentro desta estratégia o Projeto Berço das Águas: gestão ambiental em terras indígenas e alternativas ao desmatamento para os povos do Cerrado, patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Ambiental. O intuito é de fortalecer processos de gestão territorial indígena e dar suporte a iniciativas econômicas que se consolidem como alternativas ao desmatamento.

Gestão territorial indígena: valorização do manejo indígena e apoio a alternativas ao desmatamento



Rio Papagaio, Terra Indígena Tirecatunga. (Laércio Miranda/OPAN)

As bacias dos rios Araguaia e Juruena estão localizadas em regiões sufocadas pela expansão da fronteira agropecuária, caracterizada pelo modelo de produção convencional dos grandes latifúndios de grãos e de pasto que imperam regionalmente. Em meio a este contexto, a OPAN desenvolve ações voltadas para a gestão territorial e o fortalecimento das organizações indígenas, visando à exploração racional de recursos naturais com possibilidades para geração de renda e a promoção da segurança alimentar, além da capacitação gerencial das associações e a valorização dos modos de vida indígena, como suporte para autonomia sócio-política destes povos.

Esta busca de alternativas ao contexto regional de expansão de atividades de grande impacto ambiental e social se dá por meio da potencialização do extrativismo de recursos nativos, como por exemplo a coleta e beneficiamento de sementes nativas, com produção de mudas em viveiros instalados nas aldeias (entre os Manoki, Myky e Xavante); a exploração da borracha natural pela sangria da seringueira (Myky); a ampliação das áreas de coleta do pequi, pela abertura de carregadores para acesso aos pequizais (Manoki).

Dentro desta estratégia, um dos destaques em 2012 foi o passo qualitativo e quantitativo do grupo de mulheres coletoras de sementes *Pi'õ Romnha Ma'ubumrõ'i'wa* que, desde 2011, vem participando da Rede de Sementes do Xingu (RSX).

Neste ano foram realizados encontros que tiveram como principal objetivo fortalecer o grupo de forma a contribuir com o processo de coleta e reflorestamento de seu território (a Terra Indígena Marãiwatsédé), bem como para comercialização das sementes por meio da Rede de Sementes do Xingu. Como resultado, foram coletados 135 quilos de sementes, entre elas caju, carvoeiro, favela, mamoinha, urucum, jatobá, feijão de porco, crotalária, bacaba e outros. Inicialmente, o grupo contava apenas com quatro mulheres, mas atualmente ele já reúne 38.

Paralelamente às atividades práticas de campo ocorreram oficinas, cursos e intercâmbios, permitindo o aprendizado conjunto e a troca de experiências sobre temas como a gestão territorial indígena, a agroecologia, o manejo de seringueiras, a implantação de quintais produtivos, dentre outros.



Mulheres coletam sementes na TI Marãiwatsédé (Sayonara Silva/OPAN)

Seminário de mapeamento da mitologia indígena



Este seminário é fruto da parceria entre o Projeto Berço das Águas/OPAN, o Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental, Comunicação e Arte da Universidade Federal de Mato Grosso (GPEA/UFMT), a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA) e o Instituto Caracol, com o importante apoio da SEPLAN, SEDUC, SEMA e FORMAD para sua realização e organização.

Foram três dias de “narrativas” de histórias e vivências junto a 53 representantes de 19 povos indígenas de Mato Grosso com o objetivo de mapear as mitologias indígenas e estimular o debate sobre a espiritualidade enquanto componente fundamental que deve ser considerado quando da elaboração de políticas públicas. Esta iniciativa inédita obteve resultados que proporcionarão visibilidade a outras formas de ocupação dos territórios indígenas, valorizando as cosmovisões, histórias e espaços sagrados – aspectos fundamentais para a sustentabilidade dos territórios, integrando as dimensões do sagrado aos sistemas ambientais, sociais, culturais e econômicos.

No contexto indígena, os territórios são considerados refúgios da biodiversidade e os

diferentes povos que habitam estas áreas são guardiões das cosmologias e dos sistemas de manejo e convívio com a natureza. Os modos de vida indígena evidenciam o entrelaçado da natureza e sociedade, aliando a espiritualidade como fator preponderante de suas existências.

Compreende-se que a proposta do mapeamento da mitologia converte-se também na possibilidade de dar visibilidade a esta outra modalidade de relação com o espaço que se vive, colocando em risco a própria noção de “território” enquanto objeto com uma quantidade de hectares definida, sob a condição de fronteiras impostas. A mitologia está correlacionada a outras perspectivas de fronteira territorial, o que, por sua vez, amplifica a percepção do grau de impactos culturais e socioambientais, contexto dentro do qual se insere a atual necessidade de delimitar “terras indígenas”, constituída como demanda política, cultural e ambiental frente à usurpação destes territórios de ocupação imemorial por frentes desenvolvimentistas, especialmente do agronegócio e da infraestrutura energética, que ameaçam a integridade socioambiental da diversidade étnica.



Giovani Tapurá confere mudas em um dos viveiros da TI Irantxe. (Arquivo OPAN)

Soberania alimentar e valorização dos sistemas agrícolas indígenas

A partir de demandas dos indígenas, a OPAN apoiou a implantação de quintais produtivos para melhoria e suporte alimentar. Foram utilizados sistemas produtivos combinados, compostos pelo plantio de espécies agrícolas, frutíferas e florestais consorciadas, para incremento na produção alimentar de forma ambientalmente equilibrada. Foram aproveitadas áreas de capoeiras para a implantação de sistemas produtivos.

Nos Manoki foram preparados 25 hectares, divididos entre sete aldeias e seis hectares nos Myky. O apoio constituiu-se desde o recebimento de 60 mil mudas, adquiridas pela doação de parceiros, condicionadas em três viveiros comunitários, a limpeza mecanizada das áreas, o preparo e a correção do solo, além do plantio de espécies com grandes potenciais de uso para o futuro. As espécies de frutíferas foram caju, tamarindo, pupunha (que servirá também para palmito), cupuaçu e de madeira como ipê, guatambu jenipapo entre outras. Essas áreas foram enriquecidas e consorciadas com espécies da roça tradicional como mandioca, milho, arroz, batata, cana, caracterizando assim os sistemas agroflorestais.

Nas Terras Indígenas Tircatinga e Pirineus de Souza as ações na área produtiva foram apoiadas por meio do fornecimento de condições (combustível para transporte de mudas e sementes tradicionais, e ferramentas adequadas para trabalhos de roça) para a realização de intercâmbios de espécies agrícolas junto a grupos Nambiquara de outras terras indígenas. Em particular, na TI Pirineus de Souza foram implantados em torno de 10 hectares de sistemas produtivos combinados principalmente com a bananeira que sustenta a geração de renda local. Já na TI Tircatinga, mudas de pequi, adquiridas dos viveiros familiares dos Manoki, foram distribuídas para o plantio em todas as aldeias na época da chuva.



Índigena Sabanê cuida da roça tradicional na TI Pirineus de Souza. (Fabiano da Matta/OPAN)



Jovens Xavante percorrem território após saída de ocupantes não indígenas (Andréia Fanzeres/OPAN)



Criança Xavante recebe mudas para enriquecimento de quintais (Arquivo/OPAN)

Na Terra Indígena Marãiwatsédé, visando à diversificação alimentar e a mudança na paisagem, foram entregues 3.200 mudas de diferentes espécies: 700 kg de sementes agrícolas, coroas de abacaxi, banana, espécies florestais (jatobá, inajá, bacaba, acuri, pequi, sucupira e outros). Em parceria firmada com a Embrapa também foi possível distribuir batatas-doces, inhame taro-japonês, cará, arararuta, etc. Destacamos como êxito as mudanças visuais na paisagem por meio do plantio de espécies vegetais nas aldeias, que já podem ser observadas e atração de aves e animais que estão se aproximando das áreas.

Foram desenvolvidas ainda atividades relacionadas à agrofloresta na Escola Estadual Indígena Marãiwatsédé, bem como diversificação de quintais com espécies agrícolas, florestais e de adubação verde. A escola vem trabalhando com seus alunos a temática da agroecologia e, dessa forma, realizamos atividades conjuntas para diversificação do pomar da escola; plantio de mudas nos córregos (este ano buriti – *mauritia flexuosa*), diálogo com os anciãos sobre a importância, uso e manejo do fogo na cultura xavante; mostra de vídeos relacionados à temática ambiental e outros.

Também ocorreu a entrega de “kits” com um material multidisciplinar relacionado ao fogo, agroecologia, gestão ambiental, Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), agrotóxicos, código florestal, fauna silvestre e vídeos para indígenas responsáveis por trabalhar essas temáticas com a comunidade (como a diretora da escola, professor de agroecologia, etc.). Além do subsídio com essas informações, atua-se com a valorização dos conhecimentos locais, reconhecidos pela sua eficácia para o manejo sustentável do território.

De forma a fortalecer as práticas tradicionais de manejo, além do apoio aos sistemas produtivos, contribuimos com a realização de expedições de caça, coleta e pesca. Em Marãiwatsédé, este apoio se deu em parceria com o Centro de Formação de Professores (CEFAPRO/MT) e a FUNAI, visando promover a aquisição de matéria-prima para confecção de ornamentos e indumentárias para o ritual de iniciação de jovens, o Wapté Mnhõno. Entre os Manoki, esse apoio se deu como estímulo ao processo de reocupação de toda terra legalizada.

Por fim, o suporte à reforma da Casa de Cultura da aldeia Três Jacú e a construção de uma casa tradicional Vale do Buriti, na TI Tirecatinga, abriu horizontes para o desenvolvimento de trabalhos que atuem paralelamente articulando as cosmologias indígenas e seus sistemas produtivos.

O apoio ao manejo indígena e a novas oportunidades para geração de renda dentro dos seus territórios implica no incentivo aos indígenas caminharem pelo seu território, fazendo com que eles ao mesmo tempo conheçam melhor seu entorno e façam a vigilância territorial. As expedições são um importante momento de convivência para a transmissão de conhecimentos e da história oral, fortalecendo os vínculos de gênero e geracionais. Pretende-se, nos próximos anos, dar continuidade às ações iniciadas, destacando-se o apoio ao manejo indígena, ao enriquecimento das roças e produção de alimentos, as festas tradicionais, casas de cultura e para construção do plano de gestão territorial da TI Tirecatinga.

Etnomapeamento e diagnósticos participativos



Oficina de etnomapeamento na TI Pirineus de Souza. (Andreia Fanzeres/OPAN)

Oficinas de etnomapeamento realizadas nas Terras Indígenas Pirineus de Souza e Tirecatunga tiveram o objetivo de realizar um diagnóstico participativo das atividades de caça, pesca, roça, coleta e geração de renda. A metodologia empregada se baseou em pesquisa participativa, lista livre, mapas mentais, expedições e observação participante. Para elaboração dos etnomapas, dividimos os participantes em diferentes grupos, com o auxílio de imagens de satélite impressas (tamanhos A0 com escala de 1:50.000), papel vegetal sobreposto a imagem e lápis de cores. Os indígenas localizaram as áreas e recursos importantes, além de terem usado o GPS para conferir as coordenadas dos locais de relevância cultural nas expedições. Foram elaborados cinco etnomapas da TI Pirineus de Souza e dois etnomapas da TI Tirecatunga.

As atividades tradicionais de roça, caça, coleta e pesca foram citadas como ligadas à geração de alimentos, artesanatos, utensílios, instrumentos musicais, rituais e renda. Com o método da lista livre identificamos uma rica diversidade de espécies vegetais e animais na TI Pirineus de Souza, onde as roças de banana são hoje um potencial para geração de renda das famílias. Amendoim, cará, araruta, inhame e milho-fofo precisam de sementes e ramas trazidas de outras terras nambiquara. Na categoria de caça, entram a apreensão de mamíferos, aves, répteis, abelhas, filhotes de marimbondos, vários tipos de corós e insetos. A pesca é praticada no rio Doze de Outubro, córregos dentro da TI e lagoas com linhada e anzol, máscara, arpão, flecha, jacá

(cestinho para pegar peixe pequeno), zagaia e o timbó. Na atividade de coleta, as espécies são para usos variados como alimentação, artesanato, instrumentos musicais, cobertura de casas, medicina, utensílios como cabo de machado e outros.

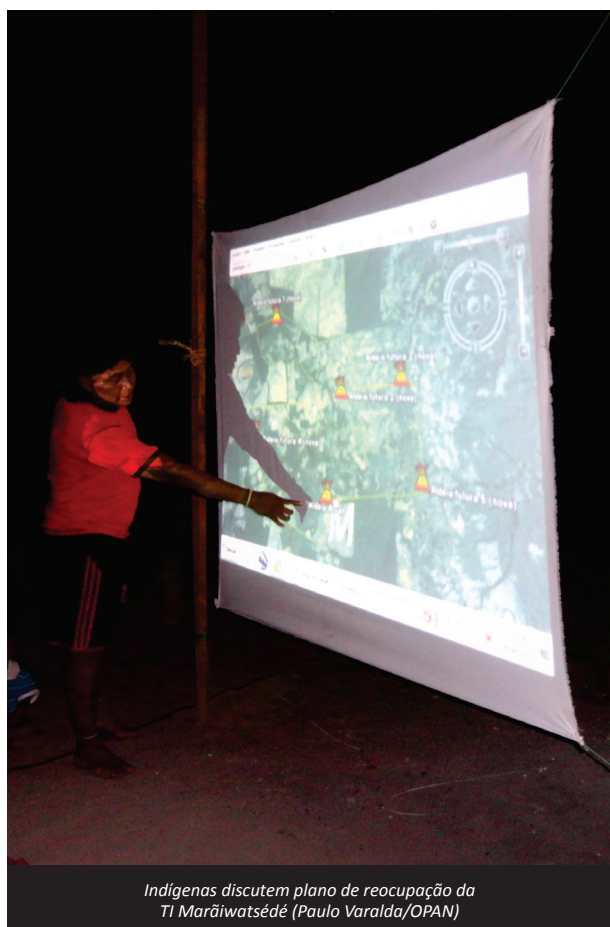
Na aldeia Três Jacu, na TI Tirecatunga, a oficina teve predominante participação das mulheres Paresi, Manoki e Nambiquara e a presença dos anciãos Nambiquara – estes últimos fundamentais para a identificação de locais de pesca e denominação na língua Nambiquara dos principais rios e córregos. A pesca é praticada com linha e anzol, flechador, máscara, xire, peneira e o timbó (apenas nas lagoas). No mapeamento dos locais de pesca foram identificados 13 pontos dentro da TI. A caça é escassa próxima às aldeias. Para o acesso as áreas de caça há um pedido para aberturas de estradas até as áreas de mata no rio Buriti e Papagaio, mesma região (área de Cerrado) onde se dá a coleta do pequi todos os anos.



Oficina de etnomapeamento na TI Tirecatunga (Artema Lima/OPAN)

Os etnompas da TI Pirineus de Souza foram inseridos em seu Plano de Gestão Territorial, algo que também se almeja fazer quando este trabalho for concluído na TI Tircatinga, pois é um importante instrumento para a gestão e reflexão coletiva sobre as diferenças do modo de vida antes e depois das demarcações dos territórios, ressaltando que anterior a elas existia maior mobilidade. Com as demarcações, torna-se fundamental pensar o território com limites de acesso e uso e planejar as atividades tradicionais e de geração de renda de forma sustentável.

Do mesmo modo, tendo em vista a retirada dos ocupantes ilegais da TI Marãiwatsédé, uma das formas de apoio ao processo de reocupação da área pelos Xavante foi a discussão de um plano de reocupação. Os diálogos para elaboração deste plano foram conduzidos no Warã (Conselho dos Anciãos), encontros diários realizados no pátio central da aldeia sempre ao amanhecer e ao anoitecer. Como resultado desse exercício de reflexão, os Xavante apresentaram de forma propositiva a localização estratégica de novas aldeias. Também surgiram outros temas que tratam de questões urgentes nas áreas de saúde, educação, restauração florestal, infraestrutura vinculada a atual aldeia e para as novas também.



Indígenas discutem plano de reocupação da TI Marãiwatsédé (Paulo Varalda/OPAN)

Planos de Gestão Territorial Indígena



Rosinês Kamunu mostra mapa de uso do da TI Manoki durante entrega dos planos de gestão territorial. (Renata Guerreiro/OPAN)

Em 2012, concluiu-se a elaboração dos Planos de Gestão Territorial Indígena Manoki e Myky contendo o registro dos seus modos de vida, desafios, ameaças e perspectivas locais. Esta é uma oportunidade não só de apresentar um instrumento político, mas de dar visibilidade aos seus modelos próprios de gestão, desvinculados das práticas predatórias que marcam a ocupação do Vale do rio Juruena. No mesmo caminho, seguiu a elaboração do Plano de Gestão da Terra Indígena Pirineus de Souza, pelos sub-grupos Nambiquara residentes nesta TI, concluído no início de 2013.

Os planos de gestão territorial indígena pretendem estimular parcerias com os órgãos públicos e também privados para o fortalecimento das formas de organização social destes povos, reflexões no campo da segurança alimentar, geração de renda, educação, cultura e saúde, com ênfase na proteção e manejo dos territórios. Os planos de gestão territorial Manoki, Myky e Nambiquara da TI Pirineus de Souza são os primeiros planos de gestão de territórios indígenas da faixa de transição entre o Cerrado e a Amazônia e podem servir de referência para o desenvolvimento de iniciativas junto a outros povos dessa região.

Formação de gestores das associações indígenas

Com o objetivo de favorecer o acesso a ferramentas que permitam uma maior autonomia dos povos Manoki e Myky na implementação de seus planos de gestão, bem como na captação de recursos para a resolução de questões que demandem algum tipo de apoio externo, em 2012 foram realizadas duas atividades paralelas, mas interconectadas: um Curso de Formação de Gestores Indígenas e um Fundo para Pequenos Projetos (FPP). O curso aconteceu em duas etapas, tendo como foco principal os procedimentos básicos para a elaboração e execução de projetos. Os critérios que nortearam a escolha do conteúdo do curso foram fornecidos pela experiência de trabalho da OPAN junto a um conjunto de agências financiadoras, tanto públicas como privadas, nacionais e estrangeiras.



Arquivo OPAN

Os Manoki escolheram investir o recurso do FPP na realização de cinco roças de toco, com a intenção de incentivar a retomada das práticas tradicionais agrícolas especialmente entre os jovens.

Marcelino Napiocu, um dos gestores Manoki, avalia bem a iniciativa:

“Esse curso e o pequeno projeto foram muito importantes, porque hoje eu sei que posso concorrer a qualquer edital e que vou dar conta de gerir um projeto”.

As oficinas desta formação contaram com nove representantes Manoki, dez Myky, três Xavante e três Kayabi. Consideramos a possibilidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a capacitação por meio do Fundo para Pequenos Projetos, que dispunha de 100 mil reais para o financiamento de dois projetos relacionados à gestão territorial indígena. Para acessarem esses recursos, os indígenas Manoki e Myky¹, por meio da Associação Watoholi e da Associação Indígena Myky Waypjtápia Mananukje’y, respectivamente, passaram para o papel, na linguagem dos projetos e nos termos exigidos no edital do FPP, desejos de seus povos, decididos coletivamente.



Arquivo OPAN

Diante da drástica redução de peixes no Rio Papagaio, agravada pelo padrão de ocupação das cabeceiras e pela construção de hidrelétricas, os Myky decidiram encarar o desafio da criação de peixes em tanques escavados enquanto uma experiência pedagógica e produtiva na gestão de recursos.

1 - Por não participarem do Projeto Berço das Águas, os Xavante e os Kayabi não puderam acessar o FPP, mas foram estimulados a encaminhar os projetos, produtos das oficinas, para outros financiadores.



Formação de gestores indígenas.
(Laércio Miranda/OPAN)

Articulação socioambiental em Mato Grosso

Como membro da coordenação executiva do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), a OPAN desempenha com apoio da Misereor o projeto “*Monitoramento das políticas públicas socioambientais em Mato Grosso*”. O principal objetivo deste projeto é fortalecer a permanência de atuação do Formad enquanto um fórum ativo de debate entre as entidades filiadas. A proposta nasceu pretendendo multiplicar o acesso da sociedade civil ao monitoramento de políticas públicas bem como o papel de sujeito em sua gestão, junto ao poder público e econômico de Mato Grosso. Nesse sentido, em 2012 obteve importantes êxitos.



Indígenas se mobilizam para derrubar resolução que prejudica seus territórios no Conselho Estadual de Meio Ambiente de MT. (Arquivo OPAN)

Para citar alguns exemplos, em 2012 uma articulação entre organizações filiadas interessadas em aumentar seu grau de incidência sobre a elaboração de políticas públicas socioambientais e seu controle social logrou a conquista legítima de seis das nove cadeiras reservadas a entidades ambientalistas no Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (Consema). A atuação destas e de outras entidades tem buscado questionar e problematizar a condução dessas políticas, alertando outros setores da sociedade sobre a necessidade de participação mais ativa importando o interesse socioambiental sobre todos os demais.

De uma articulação em que a proximidade entre Formad e OPAN também foi sinérgica, resultou a Campanha Marãiwatsédé – a terra é dos Xavante. As ações desta campanha, realizadas pela sociedade civil organizada, tiveram fundamental importância para aceleração do processo de desintrusão da TI Marãiwatsédé. A Semana dos Povos Indígenas, ação de mobilização e articulação de dezenas de povos em todo o estado, contou com a participação de instituições como Takiná, Instituto Maiwu, CIMI e colaboradores da área acadêmica para discussão em torno da PEC-215 e seus efeitos para as dezenas de etnias do estado. Esta reunião resultou num documento consistente elaborado pelos grupos presentes, passeata e fortalecimento da articulação nacional contra a aprovação deste projeto de lei.

ENFIM A TERRA PROMETIDA



Xavante de Marãiwatsédé param Centro do Rio e realizam tradicional corrida de tora. (Rodrigo Paiva/Greenpeace)

A luta pela reconquista da Terra Indígena Marãiwatsédé foi um marco para o indigenismo brasileiro. Como sonhou o mais velho ancião da comunidade, Francisco Tsipé, o ano de 2012 seria o ano da esperança. Foi.

Ensinou ao restante do país que a causa indígena precisa ouvir, primeiro, os próprios índios e merece oportunidades como esta para discussões mais sérias sobre o que está em jogo quando se retiram latifundiários de uma área invadida, devolvendo-as a seus legítimos donos. “Eu acho que Marãiwatsédé propiciou uma discussão sobre valores e direitos. Tem soja, tem casa, ou tem direito originário aqui? Coloca-se uma questão ética de fundo, não tem como não darem razão para os índios. Fazer esse tipo de discussão é uma oportunidade importante”, avaliou Paulo Maldos, Secretário de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República.

No coração do Brasil, em uma terra indígena invadida e desmatada com incentivos de

prefeitos, vereadores, deputados e até governadores, os indígenas foram protagonistas de uma vitória que somente tornou-se possível porque sociedade civil, governo federal e a Justiça trabalharam juntos e de forma articulada. “Eu nunca aceitei negociação com os políticos de Mato Grosso. Quantos governadores tentaram negociar? Mas eu sempre falo: carro quebra e acaba, dinheiro acaba, mas a terra nunca acaba”. Com este tema, o cacique Damião Paridzané reuniu o apoio que precisava para reaver seu território.

Ainda nas palavras de Paulo Maldos, “a desintrusão de Marãiwatsédé foi a expressão maior das oportunidades suplantarem as ameaças. Marãiwatsédé teve primeiro o protagonismo indígena, a determinação dos xavante de acampar, resistir. E, mesmo com as crianças morrendo, anciãos queriam lutar. Isso foi determinante para o resto”.

Em meio às polêmicas envolvendo a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e

a flexibilização do Código Florestal Brasileiro, a luta por Marãiwatsédé foi levada e amplificada durante a Cúpula dos Povos e a Rio+20, em junho de 2012, em uma articulação institucional com diversos parceiros, em que a OPAN teve papel fundamental.

No Rio de Janeiro, Damião e outros 12 indígenas participaram de eventos como um seminário promovido pela OPAN com autoridades e artistas ressaltando a importância de Marãiwatsédé durante a Cúpula dos Povos, um ato simbólico para jornalistas no navio do Greenpeace ancorado na Baía de Guanabara, a participação em uma discussão no Museu do Índio em uma mesa específica sobre Marãiwatsédé organizada pela FUNAI, uma intervenção com discursos, cantos e danças ao lado de personalidades da luta socioambiental como Marina Silva.



Além disso, os Xavante tiveram acesso aos pavilhões da Rio+20, um encontro formal com autoridades do governo espanhol, e realizaram atos pacíficos de protesto que oportunizaram o encontro entre a presidente da FUNAI, Marta Azevedo, e o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, com Damião Paridzané. Por fim, os indígenas realizaram uma corrida de tora, uma das manifestações culturais mais vigorosas e tradicionais entre os Xavante, no sentido contrário da Marcha Global da Cúpula dos Povos, quando cerca de 70 mil pessoas abriram espaço e reverenciaram sua luta no centro do Rio de Janeiro.

A vibração dos indígenas com o sucesso das intervenções político-midiáticas foi considerada pelos invasores uma ameaça concreta à continuidade das atividades ilegais na terra indígena. Por isso, fazendeiros organizaram bloqueios e destruíram pontes na estrada percorrida durante o retorno da comitiva indígena

do Rio de Janeiro. O governo também reagiu e acelerou a entrega de um plano de desintrusão do território autorizando ainda o envio de tropas da Força Nacional para garantir a desocupação da área. A batalha judicial continuou, com uma liminar obtida em setembro pela associação dos produtores rurais locais junto ao Tribunal Regional Federal (TRF-1), suspendendo o processo, posteriormente derrubada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Ayres Britto, em outubro, que determinou a deradeira saída dos não-indígenas.



Em novembro, cerca de 450 ocupantes que tinham benfeitorias ou comércios em Marãiwatsédé foram notificados a deixar o local e, em 10 de dezembro de 2012, começou a retirada forçada daqueles que se recusaram a sair voluntariamente, ação que terminou em 27 de janeiro de 2013.

Hoje, para entre os 850 indígenas que vivem em Marãiwatsédé um sentimento de justiça, perseguido e conquistado com suor depois de enfrentarem o poder econômico e a hostilidade localmente. “Ando por aí com urucum na cabeça até hoje, estou comemorando até agora”, disse o cacique Damião em fevereiro de 2013. Agora o desafio é garantir qualidade de vida à comunidade em meio a uma terra que foi maltratada durante o exílio dos indígenas. Por uma questão de responsabilidade, o envolvimento de parceiros e do poder público segue essencial nesta luta permanente. O resto, a terra se encarrega. Afinal, “ela nunca acaba”.

Andreia Fanzeres
Jornalista da
Operação Amazônia Nativa (OPAN)

EXECUÇÃO FINANCEIRA

| FONTES | RECEITAS (R\$) | % | DESPESAS (R\$) | % |
|---|---------------------|----------------|---------------------|---------------|
| Petrobras | 1.357.602,51 | 43,04% | 996.826,37 | 42,79% |
| USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional | 625.392,81 | 19,82% | 623.201,11 | 26,75% |
| Embaixada da Noruega | 509.443,91 | 16,15% | 417.716,52 | 17,93% |
| Misereor | 194.559,39 | 6,17% | 133.828,68 | 5,75% |
| Manos Unidas | 152.104,94 | 4,82% | 124.907,96 | 5,36% |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) | 282.661,16 | 8,96% | - | 0,00% |
| Outras: Fundação Ford, Welthaus e CESE | 32.859,59 | 1,04% | 32.859,59 | 1,41% |
| Total | 3.154.624,31 | 100,00% | 2.329.340,23 | 73,84% |

Há 10 anos a OPAN conta com o apoio institucional da **Embaixada da Noruega** através de seu Programa de Apoio aos Povos Indígenas no Brasil, que completa três décadas em 2013. A Embaixada da Noruega acredita que o apoio a organizações indígenas e indigenistas é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento do movimento indígena, a fim de que os próprios indígenas tenham condições para definir seu futuro, em diálogos qualificados com a sociedade envolvente. Durante todos esses anos, a Embaixada da Noruega tem sido um parceiro fundamental e estratégico, pois tem apostado no fortalecimento institucional da OPAN. Para isso, colocou à nossa disposição consultores que deram apoio para a OPAN redefinir, ao longo dos últimos anos, sua estrutura organizacional e realizar seu planejamento trienal. Além disso, a Embaixada da Noruega financia indigenistas e ações no âmbito do Programa Mato Grosso da OPAN.

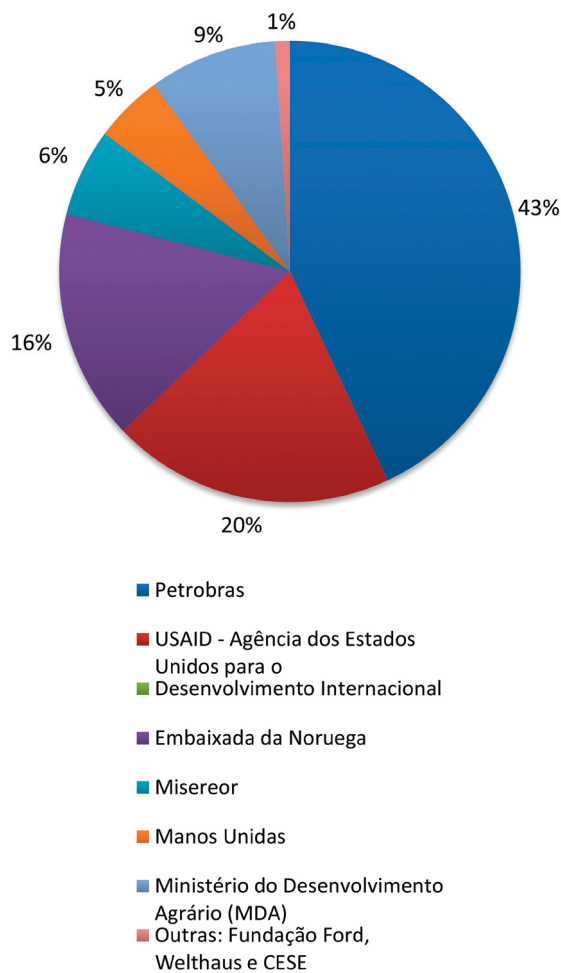
Também desde 2001 a **Misereor** – Obra Episcopal da Igreja Católica da Alemanha para Cooperação ao Desenvolvimento – vem sendo uma importante parceira da OPAN. Além de ações incluídas na estratégia regional da OPAN no estado de Mato Grosso dentro do “Projeto

de Apoio ao Povo Manoki”, a Misereor apoia o Monitoramento das políticas públicas socioambientais em Mato Grosso, ancorado pela OPAN e executado no âmbito do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), do qual nossa instituição faz parte.

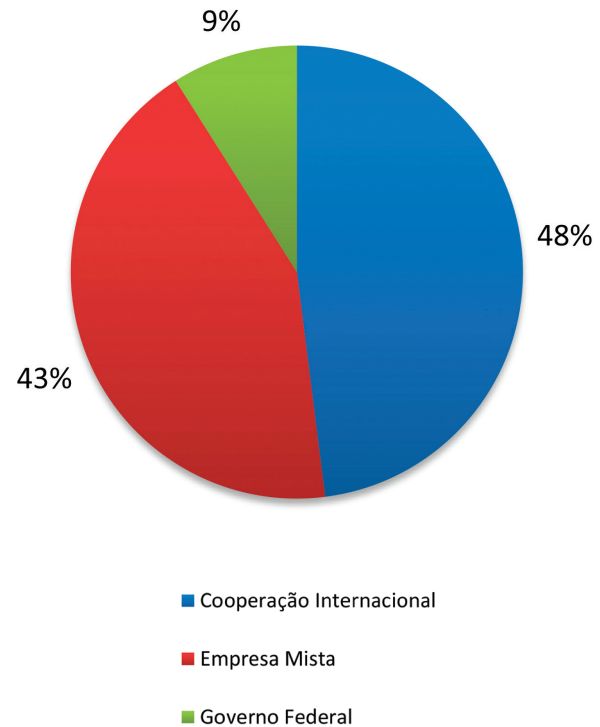
Ainda no âmbito do Programa MT da OPAN, em 2012 a instituição entrou na reta final na execução do *Projeto Berço das Águas: gestão ambiental em terras indígenas e alternativas ao desmatamento para os povos do Cerrado*, patrocinado pela **Petrobras** através do Programa Petrobras Ambiental. Este projeto, em especial, permitiu que a OPAN fortalecesse ações com abrangência regional nos últimos anos.

O apoio à nossa intervenção indigenista na região do Araguaia foi ancorado por **Manos Unidas**, organização da Igreja Católica na Espanha para ajuda, promoção e desenvolvimento. Desde 2012 realizamos com este suporte ações de fortalecimento da soberania alimentar na Terra Indígena Marãiwatsédé, com perspectivas de continuidade a partir dos bons resultados em cinco anos de intervenção junto ao povo Xavante.

Receitas



Fontes de Recursos



No estado do Amazonas, a OPAN deu prosseguimento às ações do *Projeto Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia*, que teve início no final de 2011 e é liderado pelo IEB com outras organizações parceiras por meio do acordo de Cooperação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – **USAID**, que desde 2009 financia a atuação da OPAN junto aos povos do Amazonas.

Não podemos deixar de mencionar apoios mais específicos e pontuais, mas que ocorreram em momentos estratégicos para o êxito em lutas que marcaram 2012 no indigenismo, como a visibilidade à causa dos Xavante de Marãiwatsédé, quando a OPAN articulou ações durante a Cúpula dos Povos e a Rio+20 graças à generosidade da instituição austríaca **Welthaus** e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (**CESE**). Nesta mesma linha, tivemos o apoio da Fundação Ford em 2012, que auxiliou a

OPAN em suas estratégias de captação de recursos e fortalecimento institucional.

Todos os recursos recebidos em 2012 foram aplicados para desenvolver ações previstas nos planos de trabalho de cada projeto. Aqueles que de alguma forma não se aplicaram naquele ano serão utilizados de acordo com os cronogramas de 2013 e conforme orientações e contratos com os doadores.

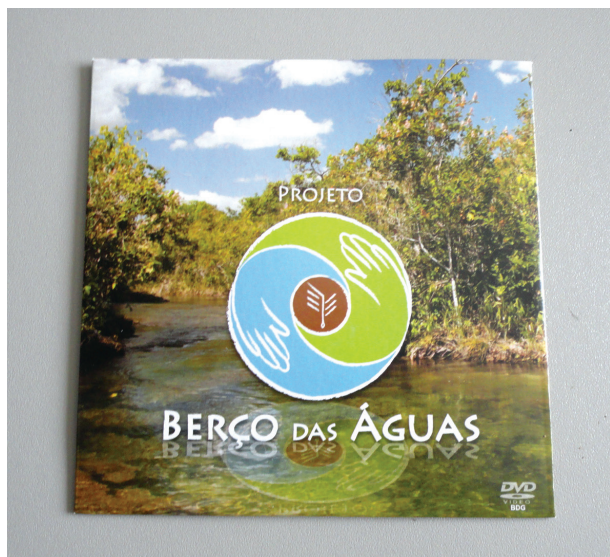
Sempre com transparência junto aos financiadores, patrocinadores e, sobretudo, aos indígenas, buscamos cada vez mais ampliar nossa rede de relacionamento no intuito de darmos continuidade as ações previstas no planejamento estratégico institucional previsto para 2013-2015. Para isso, estamos empenhados em participar de chamadas públicas, novos editais e no contato com novos parceiros.

Rochele Fiorini
Coordenadora financeira da OPAN

Produções audiovisuais e publicações

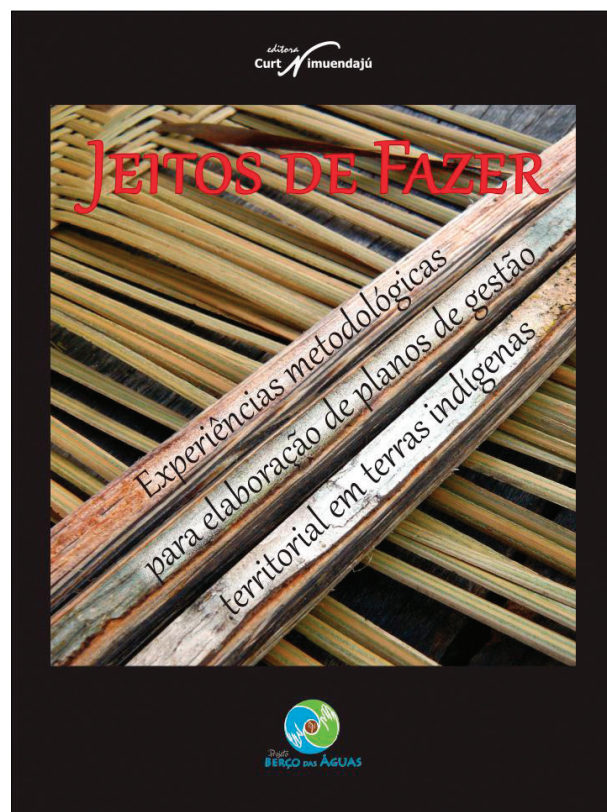
DVD Gestão Territorial em Terras Indígenas e Metodologia

Em 2012, a OPAN produziu dois vídeos de caráter didático sobre gestão territorial indígena e sobre as metodologias aplicadas pelo Projeto Berço das Águas, que se desenvolveu de 2011 a 2012 na bacia do rio Juruena. Os DVDs trazem discussões importantes sobre a relevância e as implicações da PNGATI, além de valorizar um conjunto diversificado de abordagens junto com os indígenas para a elaboração de planos de gestão territorial.



Jeitos de Fazer

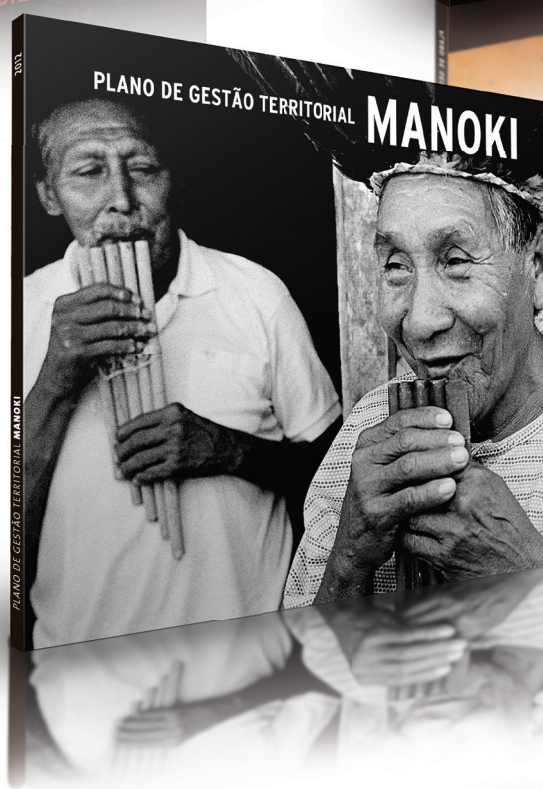
A OPAN sistematizou algumas experiências vividas por suas equipes indigenistas na discussão e na elaboração de planos de gestão territorial através da publicação do caderno “Jeitos de fazer – experiências metodológicas para elaboração de planos de gestão territorial em terras indígenas”, uma ação do Projeto Berço das Águas. Esta publicação pretende inspirar que mais povos, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais aprimorem e ampliem metodologias participativas nos trabalhos de execução e facilitação dos planos de gestão territorial.



Planos de Gestão Territorial Manoki, Myky, Pirineus de Souza

Recentemente, foram publicados os planos de gestão territorial dos povos Manoki, Myky e Nambiquara da Terra Indígena Pirineus de Souza no âmbito do Projeto Berço das Águas. As três obras foram construídas em dois anos com a utilização de metodologias participativas, in-

cluindo oficinas, expedições, etnomapeamentos e etnozoneamentos. Os planos de gestão são pré-requisitos para que as comunidades indígenas acessem recursos e se organizem para enfrentar o desafio de utilizar e manejar seus territórios em meio às pressões do entorno.





Equipe 2012

Conselho Diretor

Rinaldo Arruda
Andréa Jakubaszko
Vanessa Caldeira

Coordenação executiva

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Lola Campos Rebollar
Ivo Schroeder
Rochele Fiorini

Apoio Institucional

Rosa Maria Monteiro

Administração e logística

Fernanda Oliveira
Tadeu Escame
Neila Raquel Solano
Lucirlene Silveira
Carlos Rodrigues de Araújo
Giovani Tapurá

Programa Amazonas

Miguel Aparicio Suárez
Gustavo Falsetti V. Silveira
Magno Santos
Daniel Tibério Luz

Programa Mato Grosso

Juliana de Almeida
Artema Lima
Fabiano da Matta
Lucas Trevisan
Renata Guerreiro
Debora Duran
Sayonara Silva
Paulo Jasiel Castigio Varalda
Vinicius Benites Alves
Marcos Ramires de Miranda

Formad

Herman Hudson de Oliveira

Comunicação social

Andreia Fanzeres

Expediente

Edição: Andreia Fanzeres

Revisão: Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Projeto gráfico:



www.irisdesign.com.br

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Av. Ipiranga, 97, Bairro Goiabeiras, Cuiabá – MT, CEP 78032-035

Telefone: 55 (65) 3322-2980

Fax: 55 (65) 3322-4161

comunicacao@amazonianativa.org.br

Twitter: [@amazonianativa](https://twitter.com/amazonianativa)

facebook.com/amazonianativa

www.amazonianativa.org.br

Apoiadores







*Criança Myky ajuda sua família nos cuidados com a roça.
(Laércio Miranda/OPAN)*



apoio



EMBAIXADA DA NORUEGA



OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA
AV. IPIRANGA, 97, BAIRRO GOIABEIRAS, CUIABÁ - MT - CEP 78032-035
TELEFONE: 55 (65) 3322-2980 | FAX: 55 (65) 3322-4161
WWW.AMAZONIANATIVA.ORG.BR